

Área de submissão do artigo: Economia Social

Título do Artigo:

Inserção ocupacional e duração do desemprego nas Regiões metropolitanas de Salvador e Recife: Primeiro Emprego e Reemprego.

Paulo Aguiar do Monte⁽¹⁾

Tarcisio Patrício de Araújo⁽²⁾

Roberto Alves de Lima⁽³⁾

(1) Doutorado pelo PIMES/UFPE, 2005.

MSc. em Economia, PIMES/UFPE, 2000.

Economista, UFPE, 1997.

E-mail: pam@ufpe.br

Fone: (81)32419958.

(2) Ph.D. em Economia pela Universidade de Londres, 1994.

MSc. em Economia, PIMES/UFPE, 1986.

Economista, UFPE, 1975.

Professor adjunto do Departamento de Economia UFPE.

E-mail: tarcisio@decon.ufpe.br; tparaújo@gmail.com

Fone: (81)2126.8381 – ramal 240.

(3) Doutorado pelo PIMES/UFPE, 1992

MSc. em Estatística, CIENES/OEA, 1974

Professor adjunto do Departamento de Economia UFPE.

E-mail: aroberto@hotlink.com.br; lroberto@hotlink.com.br

Fone: (81)2126.8381 – ramal 237.

Endereço Postal: Avenida dos Economistas, s/n. Cidade Universitária, Recife-Pe.

Cep: 50670-901. Fone: (0xx81) 271-8381. Fax: (0xx81) 2126-8381

Código JEL: J20

Resumo

Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar a inserção ocupacional e a duração no estado de desemprego nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador de duas classes de desempregados: a dos indivíduos que procuram o reemprego e a dos indivíduos que procuram o primeiro emprego. No intuito de avaliar as características do indivíduo que interferem na sua inserção ocupacional foi utilizado o modelo Logit bivariado; já com respeito ao estudo da duração esperada do indivíduo no estado de desemprego, utilizou-se o modelo não-paramétrico de Kaplan-Meier. Tendo como base os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2000 e 2001 - os resultados indicaram chances heterogêneas de inserção ocupacional e de permanência no estado de desemprego; quase sempre em favor dos indivíduos que procuram o reemprego, apontando para a necessidade de criação de mecanismos com o objetivo de gerar maiores oportunidades para as pessoas que disputam uma vaga de emprego pela primeira vez.

Abstract

The objective of this paper is to describe and evaluate occupational insertion and unemployment duration for two groups of unemployed: those in search for a new job position and individuals that search the first job. For the estimation of individual characteristics that interfere in occupational insertion we resort to the model Logit bivariate; the no-parametric model of Kaplan-Meier is used to estimate unemployment duration. The data source is Monthly Employment Survey microdata – PME, 2000 and 2001, from Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE). It was found that there are differentiated possibilities of occupational insertion and of permanence in the state of unemployment, favouring individuals that are searching for re-employment. It is reinforced the idea of creation of corrective mechanisms favourable to those who search a job position for the first time.

Inserção ocupacional e duração do desemprego nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador: Primeiro Emprego e Reemprego.

[Palavras-chave: Primeiro emprego; reemprego; inserção ocupacional; duração do desemprego]

1. Introdução

A elevação das taxas médias de desemprego no Brasil nas duas últimas décadas¹, e o aumento da duração média do desemprego – particularmente a partir dos anos noventa – são traços característicos do mercado de trabalho urbano no Brasil desde que o País não logra retornar a um ritmo sustentado de crescimento.

A taxa de desemprego atinge desigualmente diferentes grupos sociais ou diferentes segmentos da força de trabalho. Para indivíduos jovens, com idade máxima de 24 anos, as taxas de desemprego são mais elevadas do que as das demais faixas etárias; fato idêntico ocorre com indivíduos do gênero feminino em relação aos homens e, no âmbito da família, com os filhos relativamente ao chefe da família. Destaca-se, também, que embora um determinado grupo de indivíduos possa possuir uma elevada taxa de desemprego, nem sempre tal indicador está condicionado a uma menor probabilidade de inserção ocupacional, pois a elevada taxa de desemprego pode estar associada a um menor tempo de procura de emprego, ou seja, a uma menor duração do desemprego. O estoque de desemprego resulta, obviamente, dos fluxos de entrada e saída de indivíduos do estado de desemprego e os determinantes desse fluxo podem ser vinculados às características pessoais, podendo também ser diferenciados entre fatores que interferem nas chances de inserção ocupacional e na duração do desemprego de diferentes segmentos da PEA. [OIT (2001) e IBGE (2001)]

Discutir as chances de inserção ocupacional do grupo formado pelos indivíduos que buscam a primeira ocupação, assim como analisar fatores que afetam a duração do desemprego – comparativamente ao segmento de desempregados que buscam o reemprego – constitui o objetivo principal deste artigo. Para tal, serão utilizadas ferramentas econométricas, complementares, aplicadas sobre os dados da Pesquisa Mensal de Emprego para as áreas metropolitanas de Recife e Salvador e do Brasil metropolitano que possam apoiar a discussão sobre como as características dos indivíduos podem afetar a probabilidade de inserção ocupacional, assim como possibilitar a estimação do tempo de permanência dos indivíduos no estado de desemprego.

Portanto, este trabalho procura ampliar a discussão sobre a admissão ocupacional, destacando-se às análises feitas àqueles que estão se inserindo pela primeira vez na atividade produtiva. O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A seção dois é dedicada à abordagem teórica dos principais fundamentos da procura pelo emprego. A terceira seção reporta-se as considerações de ordem metodológica, que incluem a discussão de procedimentos econométricos para estimar a inserção ocupacional e a duração do desemprego nas áreas metropolitanas estudadas; ademais, descrevem-se os procedimentos relativos à preparação da base de dados necessária ao estudo. Na seção 4 são analisados os resultados

¹ Araújo e Lima (2003).

referentes às probabilidades de inserção ocupacional e duração do desemprego. Por fim, a última seção contempla as considerações finais.

2. Os fundamentos da procura por emprego

A partir dos anos sessenta, a hipótese de informação perfeita no mercado de trabalho passou a ser bastante criticada pelos que consideravam as informações inacessíveis a todos os agentes, em virtude, na maioria das vezes, dos custos necessários para obtê-la². O fato de a informação não ser livre faria com que o mercado não funcionasse em moldes de concorrência perfeita. Com base nesse pressuposto, um novo arcabouço teórico foi desenvolvido, apoiado no modelo neoclássico da oferta de trabalho, com a incorporação de variáveis relacionadas à informação. Esse novo modelo, chamado na literatura de *job search*, tornou-se uma das principais ferramentas teóricas e empíricas para compreender o funcionamento do mercado de trabalho.³

As teorias que enfatizavam a questão da procura por emprego ganharam mais difusão nas análises do desemprego, embora o fenômeno do desemprego esteja relacionado diretamente à oferta de trabalho e a inserção ocupacional. Várias são as teorias da procura por emprego que, não obstante diferentes pontos de vista, preconizam a existência de um mercado imperfeito, onde as informações são custosas e nem todos possuem acesso às mesmas. É, neste contexto, que os atributos dos indivíduos acabam servindo de informação sobre seu perfil produtivo. Dentre as principais teorias da procura por emprego, podem-se citar:

- Teoria do Filtro. Argumenta que o sistema escolar serve, quase que exclusivamente, para filtrar os indivíduos num mundo de informação imperfeita. Assim, o indivíduo estuda para adquirir as “características” necessárias a fim de conseguir se inserir e se posicionar no mercado de trabalho de forma vantajosa, ou seja, o sistema escolar serve como credencial eficiente de revelar aos empregadores certas características inatas e adquiridas por parte do indivíduo e, dessa forma, aumentar as chances de inserção ocupacional⁴. Portanto, a progressão no sistema escolar seria o modo mais eficiente e menos custoso de escolha por parte do empregador de mão-de-obra.⁵
- A Teoria da Fila. Para esta corrente, os fatores determinantes da produtividade estão associados à demanda de trabalho. Cada posto de trabalho criado possui uma característica peculiar (salário, estabilidade, benefícios) e os indivíduos que procuram emprego concorrem para esses postos, logo, quanto ‘melhor’ for o posto de trabalho

² Para Stigler (1962), a informação é imperfeita porque não é livre, requer tempo e gera custo para acumulá-la, nunca é completa e sempre vai persistir uma certa dose de incerteza (embora diminua o risco). O argumento do autor consiste em supor que o indivíduo que procura emprego não está diante de um mundo com informação perfeita. Assim, em cada momento do tempo, os indivíduos precisam tomar decisões, que têm benefícios e custos incertos.

³ Diferentemente dos modelos tradicionais de oferta de trabalho, os modelos *job search* têm como objetivo criar um arcabouço teórico capaz de explicar a dinâmica da procura por emprego em um mercado em que agentes ofertantes e demandantes de mão-de-obra possuem informações incompletas sobre o mercado de trabalho, e os indivíduos procuram as vagas de trabalho que lhes ofereçam os melhores salários e as firmas buscam os trabalhadores que possuam maior produtividade; todavia, ambos, defrontando-se com o problema da informação imperfeita e dispendiosa.

⁴ Para Arrow (1973) as características da oferta (do indivíduo) determinam a produtividade. Porém, e aqui está o cerne da crítica, os conhecimentos adquiridos no sistema escolar não determinam essa produtividade.

⁵ A posição dos adeptos da teoria do filtro deriva da observação empírica de descontinuidades em perfis de renda exatamente nos pontos onde as credenciais são adquiridas (1º grau completo, 2º grau completo, 3º grau completo), e observa que a produtividade de uma pessoa com 2º grau completo não se diferencia muito da de outra que quase terminou o 2º grau; concluindo, assim, que o diferencial de renda é explicado pela credencial do indivíduo.

maior será a concorrência. Para esta teoria, a concorrência pode ser representada por uma ‘fila imaginária’, onde o nível de educação é o carimbo de cada indivíduo que determinará seu lugar na fila.

De uma forma geral, as teorias da procura por emprego consideram que o demandante de mão-de-obra enfrenta um problema de seleção adversa ao desejar contratar um trabalhador, pois, não possui informação completa sobre a produtividade e o desempenho profissional do ofertante. O ideal, para o demandante, seria contratar os indivíduos mais produtivos, selecionados por meio de testes específicos; o que incorreria em custos elevados. Logo, ao invés de realizar estes testes dispendiosos, os empregadores utilizam-se dos instrumentos disponíveis de identificação e seleção dos indivíduos potencialmente mais produtivos, como as características pessoais dos indivíduos para reduzir sua incerteza quanto ao potencial produtivo do futuro empregado. Assim, o fundamental seria identificar, no momento da seleção, as habilidades pessoais e o potencial de cada indivíduo⁶. Por sua vez, o indivíduo que está à procura de um emprego não conhece todas as oportunidades de emprego disponíveis e suas respectivas remunerações, o que demanda custos gerados pelo esforço da procura (quanto maior for a duração do desemprego, maior será seu custo financeiro e de oportunidade) até encontrar uma ocupação. Ao encontrar uma oportunidade de emprego o indivíduo passa pelo dilema entre aceitar a oferta de emprego ou continuar procurando uma outra oportunidade de emprego que seja compatível com o que ele espera, ou seja, com o seu nível de qualificação e seu salário reserva. Para tal, o indivíduo leva em conta os benefícios de prolongar sua procura pelo emprego (encontrar uma oferta mais condizente, possibilidade de se qualificar mais para obter um melhor emprego) e os custos da procura por emprego (financeiro - transporte, compra de jornais - e o de oportunidade - deixando de ganhar algum dinheiro em outro emprego para continuar procurando um melhor emprego -, principalmente).

As teorias da procura por emprego afirmam que a duração do desemprego interfere na decisão do indivíduo de procura um emprego e no esforço de sua procura, afetando assim a oferta de trabalho. Logo, o indivíduo que está a procura de um emprego deve agir de forma estratégica, pois, apesar de parte dos atributos (gênero, idade, raça) não estar sob seu controle – e não refletir conhecimento ou habilidade -, pode ser usada como filtro para uma admissão ocupacional. Por sua vez, outras variáveis (como a escolaridade) podem – e devem – ser utilizadas de forma estratégica pelo indivíduo; seriam, portanto, credenciais favoráveis ao indivíduo. Assim, o indivíduo pode elevar seu nível de escolaridade se supuser que os anos de estudos são tomados pela firma como um indicador de potencial produtividade e um dos critérios utilizados para fazer a triagem entre os candidatos, dado que é bastante provável supor que os indivíduos que atingem certas metas (primeiro grau, segundo grau, escolaridade superior) apresentam determinados atributos como inteligência, disciplina e persistência necessárias para superar obstáculos que surgirão na atividade produtiva. Para as firmas, se o indivíduo é inteligente e perseverante, rapidamente adquirirá na sua ocupação os conhecimentos específicos necessários para desenvolver suas tarefas. Portanto, o investimento em capital humano seria um modo eficiente de

⁶ Camargo e Reis (2003) argumentam que existe um desperdício de recursos com a busca de informações. Caso não houvesse a assimetria de informações, estes recursos poderiam ser utilizados de forma mais eficiente. Os autores argumentam que, principalmente as empresas menores, que não têm escala suficiente para manter um departamento de recursos humanos adequado, podem se ver diante da necessidade de obter estas informações por tentativa e erro, gerando rotatividade da mão-de-obra, reduzindo, desta forma, o incentivo para o investimento em qualificação e treinamento específico tanto por parte dos trabalhadores quanto por parte das empresas.

revelar ao empregador as virtudes dos indivíduos, e, pelas quais, as empresas contratantes, obviamente, estariam dispostas a pagar.⁷

3. Considerações metodológicas e sobre a base de dados

Características pessoais certamente exercem importante papel nas chances de inserção ocupacional ou de permanência de um indivíduo em situação de desemprego. Uma questão empírica crucial é estimar-se em que medida certos atributos influenciam na direção do sucesso ou do fracasso do indivíduo na busca de uma ocupação. No caso deste estudo, a discussão empírica é conduzida segundo duas vertentes: uma relativa a chances de inserção ocupacional e outra voltada para a estimação da duração do desemprego.

No intuito de se avaliar as características pessoais que interferem nas chances de inserção ocupacional de um indivíduo, foi aplicado o modelo Logit bivariado; no que se refere à estimação do tempo de permanência no estado de desemprego, foi utilizado o modelo não-paramétrico de Kaplan-Meier. A escolha por estes modelos deve-se a possibilidade de estimar a probabilidade de um indivíduo que procura emprego, com determinadas características pessoais, participar ativamente do mercado de trabalho, ou seja, conseguir sua inserção ocupacional e conseqüentemente deixar o estado de desemprego. Em decorrência disso, ao se fazer variar o conjunto de características pode-se determinar combinações mais ou menos favoráveis à transição da situação de desempregado para a de ocupado.

A base de dados utilizada é constituída de informações primárias da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1 Modelo Logit

Quando o estudo tem por interesse estimar as probabilidades de um indivíduo conseguir uma ocupação, em geral utilizam-se modelos de regressão nos quais a variável de resposta é categórica, ou seja, assume valores que não possuem cardinalidade ou ordinalidade. Admitindo-se que a variável resposta seja uma variável dummy, pode-se construir um modelo econométrico capaz de fazer previsões a respeito da probabilidade de um determinado indivíduo obter um emprego. Quando se consideram apenas dois estados possíveis, que podem ser rotulados de forma a representar o estado de permanência no desemprego ou de obtenção de um emprego, a variável dependente é binária. A literatura econométrica apresenta alguns modelos capazes de fazer previsões a respeito da probabilidade de um evento acontecer ou não, dentre os quais, destacam-se: o modelo de probabilidade linear, o modelo logit e o modelo probit.

A razão da escolha por modelos de variável dependente binária surge da possibilidade de averiguar a probabilidade de um determinado indivíduo, com um conjunto de características pessoais, conseguir transitar da situação de desempregado para a situação de ocupado no mercado de trabalho. Assim, ao se fazer variar o conjunto de características podem-se determinar combinações mais ou menos favoráveis à inserção ocupacional.

⁷ É, nesse contexto, que a procura por emprego ganha um caráter de investimento em capital humano, onde ofertantes e demandantes de mão-de-obra levam em consideração a importância da qualificação no processo de procura pelo emprego e a escolha do empregado, respectivamente.

Através do modelo escolhido serão estimadas duas equações principais de inserção ocupacional no mercado de trabalho metropolitano. Na primeira, a variável dependente da equação de inserção ocupacional no mercado de trabalho assumirá valor 1 (um) se o indivíduo conseguiu obter emprego e valor 0 (zero) se o indivíduo não conseguiu, mesmo tendo tomado providências no período de 30 dias antes da primeira entrevista. Na segunda, a variável dependente assumirá valor 1 (um) se o indivíduo que conseguiu sua inserção ocupacional trabalhou na semana de referência no segmento formal e valor 0 (zero) se o indivíduo que conseguiu sua inserção ocupacional trabalhou na semana de referência no segmento informal⁸. Assim, enquanto a primeira equação objetiva a questão do ingresso em alguma atividade produtiva, a segunda tem como propósito investigar de que forma os atributos do indivíduo determinam sua inserção num determinado segmento do mercado de trabalho. É importante ressaltar que ambas as equações são relativas ao agregado das regiões metropolitanas de Recife e Salvador.

Do ponto de vista dos condicionantes da oferta de trabalho, a probabilidade de participação na PEA ocupada dependerá de uma série de atributos considerados; cada qual credenciando o indivíduo a uma maior ou menor probabilidade de transição da situação de desempregado para a de ocupado.

A relação funcional usada para estimar a probabilidade de inserção ocupacional (1ª equação) pode ser representado por:

$$Y = f(I, G, C, E, O; \epsilon) \quad (3.1)$$

Onde,

Y = 1, se o indivíduo transitou da situação de desempregado para a de ocupado;

Y = 0, se o indivíduo permaneceu desempregado;

I representa a faixa etária do indivíduo;

G indica o gênero do indivíduo;

C representa a condição na família;

E indica a escolaridade do indivíduo;

O indica ocupação de reemprego ou primeiro emprego procurada pelo indivíduo;

ϵ são as perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Cada uma das variáveis explicativas (atributos) é representada nos modelos por um conjunto de variáveis indicadoras, detalhadas a seguir:

⁸ Será considerado inserido no segmento formal da economia aquele indivíduo que estiver empregado com carteira assinada, for servidor público ou empregador. E, será considerado incluso no informal o trabalhador que conseguir uma ocupação sem carteira assinada, sem remuneração ou ainda por conta própria. Na realidade, as informações coletadas através da PME não permitem uma descrição correta da segmentação do mercado. Sobre a questão dos servidores públicos, apesar de serem classificados na PME como trabalhadores sem carteira assinada, em função de serem estatutários, os mesmos são protegidos pela legislação trabalhista e possuem vínculos empregatícios formais, sendo, portanto classificados, neste estudo, como trabalhadores do segmento formal. Ademais, uma parcela significativa dos trabalhadores por conta própria pode recolher a previdência, sendo assim considerados formais, assim como alguns empregadores podem não possuir o cadastro nacional de pessoa jurídica, sendo desta forma, pertencente ao segmento informal. Estas últimas informações, todavia, não se encontram disponíveis no banco de dados da Pesquisa Mensal de Emprego. Logo, qualquer divisão feita incorrerá no risco de não corresponder plenamente à realidade.

- Idade. Usaram-se 4 (quatro) variáveis indicadoras: I_1 (indicando de 21 a 24 anos), I_2 (de 25 a 30 anos), I_3 (de 31 a 40 anos) e I_4 (de 41 a 65 anos); sendo que o grupo com idade de 16 a 20 anos foi utilizado como base.
- Gênero. Usou-se uma variável indicadora que assume valor 1 (um) se o indivíduo é do gênero masculino e valor 0 (zero) se o indivíduo é do gênero feminino.
- Condição na família. Usaram-se 3 (três) variáveis indicadoras: C_1 (Chefe), C_2 (filho) e C_3 (outros - categoria que inclui outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico); sendo a categoria cônjuge usada como referência.
- Nível de escolaridade. Foram usadas 4 (quatro) variáveis indicadoras: E_1 (elementar), E_2 (primeiro grau), E_3 (segundo grau) e E_4 (Superior). A categoria analfabeto foi usada como base.⁹
- Ocupação: Usou-se 1 (uma) variável indicadora que assume o valor 1 (um) se o indivíduo procura o reemprego e 0 (zero), caso contrário.

A primeira equação do modelo, referente à inserção ocupacional, será representada por 13 (treze) variáveis indicadoras - estimando-se catorze parâmetros, incluindo o termo constante - cujo objetivo é verificar como as chances de inserção ocupacional variam entre grupos de indivíduos com diferentes características de idade, gênero, condição na família, nível de escolaridade e ocupação. Para a segunda equação a ser estimada, concernente ao tipo de ocupação, o objetivo é fazer previsões a respeito da probabilidade de inserção do trabalhador recém-ocupado no segmento formal da economia. Para tal foram consideradas os mesmos atributos anteriores da primeira equação com as mesmas variáveis indicadoras; onde a diferença reside na variável dependente da equação (Y) que assumirá valor 1, se o indivíduo transitou da situação de desempregado para a de ocupado no setor formal, e, valor 0, se o indivíduo transitou da situação de desempregado para a de ocupado no setor informal.

O modelo econométrico é chamado de modelo linear de probabilidade quando o valor esperado da variável dependente condicionado a uma determinada estrutura das variáveis explanatórias é interpretado como a probabilidade do evento ocorrer. No caso em questão, significa a probabilidade do indivíduo transitar da situação de desempregado para a de ocupado. O modelo linear apresenta alguns problemas quanto a sua aplicação, dado que as suas estimativas não respeitam a restrição usual de que uma probabilidade não pode ser negativa, nem maior que um. Assim, recomenda-se a utilização dos modelos probit ou logit. Apesar de apresentarem resultados bastante próximos, o modelo logit possui algumas vantagens em relação ao modelo probit, dentre as quais o fato da distribuição logística, base para o modelo logit, ser algebricamente mais simples do que a distribuição normal, utilizada na estimação do modelo probit. Por este motivo, optou-se pela utilização do modelo logit¹⁰. A estimação dos parâmetros

⁹ A escolaridade será utilizada como proxy para o nível de qualificação, embora outras variáveis (características inatas, treinamento, educação não-formal) também sejam importantes para determinar a qualificação do indivíduo. A classificação da PME quanto ao nível de escolaridade se divide em: analfabeto, elementar, médio do 1º ciclo, primeiro grau, médio do 2º ciclo, segundo grau, superior, mestrado ou doutorado. Neste estudo, para possibilitar a expansão da amostra e facilitar a análise, foram agregadas as seguintes classes: médio do 1º ciclo e primeiro grau, na classe primeiro grau; médio do 2º ciclo e segundo grau, na classe segundo grau; e, superior e mestrado ou doutorado, na classe superior. Ademais, é importante frisar que uma determinada classe de escolaridade não significa um nível pleno desta escolaridade, pois parte da amostra não concluiu os respectivos cursos de primeiro grau, segundo grau e superior.

¹⁰ Quando se usam modelos onde a variável dependente é binária, alguns critérios podem ser usados para indicar o ajustamento do modelo aos dados. Neste estudo, além da razão de verossimilhança adotada para verificar se o efeito conjunto das variáveis é estatisticamente significativa, utilizou-se o critério de proporção de previsões corretas, que indica a proporção de previsões corretas do modelo.

do modelo logístico é feita usualmente pelo método de máxima verossimilhança. Esse método procura identificar os valores estimados dos parâmetros desconhecidos que tornam mais provável a ocorrência da amostra utilizada.

No caso do modelo logit, a distribuição de probabilidade é da seguinte forma:

$$P(Y_i = 1) = \frac{e^{b'x}}{1 + e^{b'x}} = \frac{1}{1 + e^{-b'x}} = F(b'X_i) \quad (3.2)$$

Em que, Y_i (variável aleatória discreta) é igual a 1 se o indivíduo conseguiu obter uma ocupação, e igual a 0, caso contrário.

É importante frisar que a interpretação dos parâmetros estimados é diferenciada, em virtude de no modelo Logit bivariado os coeficientes estimados medirem a variação em log para uma mudança unitária na variável X_i . Desse modo, os resultados desse modelo serão interpretados por meio do cálculo da razão de chance (RC), representada pela seguinte expressão:

$$RC = \frac{P(Y_i = 1)}{P(Y_i = 0)} = e^{b'x} \quad (3.3)$$

Para as variáveis binárias explicativas, a razão de chance estimada mostra a diferença na probabilidade do evento ocorrer em relação à categoria base. Neste caso, como a variável resposta pode conter dois estados possíveis, a distribuição de probabilidades relevante para modelar a variável resposta passa a ser binomial. Assim, um coeficiente positivo mostra que a chance do evento ocorrer é maior em relação à categoria de referência, enquanto um coeficiente negativo indica que essa chance é menor. De acordo com Gujarati (2000), a razão de chance pode ser determinada através do antilog do j-ésimo coeficiente de inclinação. Dada uma determinada razão de chance estimada, se se subtrair seu valor da unidade e multiplicar o resultado por 100, tem-se a variação percentual na chance devido ao aumento de uma unidade no j-ésimo regressor. Salienta-se, ainda, que todas as regressões apresentadas, com base no modelo Logit, foram estimadas através do software econométrico E-views 5.1. Acrescenta-se também que se utilizou o estimador da variância de Huber/White que gera erro-padrões consistentes ainda que os resíduos não sejam identicamente distribuídos.

3.2 Modelo Kaplan-Meier

Os modelos dedicados à estimação da duração esperada do desemprego são também chamados de modelos de duração ou análise de sobrevivência e são definidos como procedimentos estatísticos para os quais a variável de interesse é o tempo transcorrido até a ocorrência de determinado evento, ou seja, o seu “tempo de falha”. As técnicas estatísticas conhecidas como “análise de sobrevivência” são utilizadas quando se pretende analisar um fenômeno em relação a um período de tempo, isto é, ao tempo transcorrido entre um evento inicial, no qual um sujeito ou um objeto entra em um estado particular, e um evento final, que modifica este estado.

Em análises de duração, é extremamente importante a definição de três elementos: evento de interesse (falha), escala de medida e tempo inicial. Adaptando os conceitos ao objetivo proposto, o evento de interesse (falha) será a saída do estado de desemprego e a entrada no estado de emprego (transição da situação de procura por emprego para a de ocupado), mais

especificamente, o tempo transcorrido até a ocorrência do evento de interesse: a inserção ocupacional¹¹. A escala de medida será representada pelo tempo transcorrido, em meses, até o evento de interesse ocorrer (falha), ou seja, o tempo de duração no estado de desemprego até conseguir uma ocupação, tempo este representado por T , podendo assumir um valor t que deve ser maior que zero. E, por último, o tempo de início será definido como tempo em que o indivíduo está a procura do emprego, informação esta coletada na primeira entrevista do indivíduo à PME.¹²

Uma característica importante dos modelos de duração é a presença da censura, entendida como a observação incompleta ou parcial da resposta. Isto ocorre nos casos em que, por algum motivo, o acompanhamento do indivíduo foi interrompido. Assim, toda a informação referente à resposta se resume ao conhecimento de que o tempo de falha é superior àquele observado¹³. Este fato representa um diferencial importante em relação às técnicas clássicas como análise de regressão, pois, nos modelos de duração é possível incorporar na análise estatística a informação contida nos dados censurados.

A finalidade do modelo é estimar a variável aleatória não-negativa T - tempo de falha – usualmente especificada pela função sobrevivência ou pela função risco. Uma vez reconhecidos os indivíduos censurados e o evento de interesse (conseguir uma ocupação), é possível estimar as funções sobrevivência e risco, que serão tratadas a seguir.

A função sobrevivência $S(t)$ é definida como a probabilidade de uma observação não falhar até um certo tempo t . Enfocando o conceito para a análise proposta, a função sobrevivência determinará a probabilidade de um determinado indivíduo permanecer em estado de desemprego além de um período especificado t . Em termos probabilísticos, seria escrita como:

$$S(t) = P(T \geq t) \quad (3.4)$$

Já a função risco $h(t)$, indica o limite, quando t tende a zero, da razão entre a probabilidade do evento ocorrer no intervalo de tempo entre t e $t+\Delta t$, dado que o indivíduo sobreviveu ao tempo T ($T \geq t$) e à variação do tempo (Δt). Em outros termos, a interpretação da função risco é a de uma probabilidade condicional avaliada em cada instante do tempo, ou seja, a probabilidade do desemprego terminar em um dado período, dado que ele já durou até aquela data. Algebricamente, tem-se:

¹¹ É importante salientar que a variável de interesse é o tempo transcorrido entre a entrada dos indivíduos na situação de desemprego e a ocorrência de saída dessa situação, que pode se dar via saída da força de trabalho ou início de uma ocupação. Para este trabalho, considera-se apenas o tempo transcorrido até o início de uma ocupação.

¹² A informação sobre o tempo transcorrido até a falha ocorrer é obtida na Pesquisa Mensal de Emprego, onde o trabalhador responde sobre o período de tempo, em meses, em que está a procura de um emprego. Sobre o tempo de início, cabe acrescentar que sua importância resulta do fato de que todos os indivíduos devem ser comparáveis na origem do estudo, portanto, as informações relativas aos seus atributos são coletadas no primeiro mês da pesquisa.

¹³ Casos de censura são comuns em estudos econômicos. Três tipos de censura merecem destaque: censura à direita (pode ocorrer quando o indivíduo é perdido durante o período de estudo ou quando é retirado do estudo por alguma razão), censura à esquerda (se manifesta em casos onde o indivíduo tenha experimentado o evento antes do início do estudo) e censura intervalar (pode ocorrer quando o indivíduo experimenta o evento no intervalo entre uma pesquisa e outra). Todavia, da forma como os dados serão organizados, estes casos de censura são facilmente tratados, visto que só foram considerados indivíduos que procuram emprego (eliminando-se os riscos de censura a esquerda) e que foram acompanhados durante os 4 meses consecutivos da Pesquisa (eliminando-se os riscos de censura a direita e intervalar). Todos os métodos de estimação utilizam as informações das censuras ao invés de descartá-las da amostra, dada a sua importância de informar que o tempo até a falha é maior do que aquele que foi registrado. Porém, estas informações são tratadas de maneira diferenciada das observações que não estão censuradas. Maiores detalhes podem ser vistos em Colosimo (2001).

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{p(t \leq T \leq t + \Delta t \mid T \geq t)}{\Delta t} \quad (3.5)$$

As funções risco e sobrevivência são diretamente relacionadas, e representam duas interpretações possíveis para a mesma informação. Cada uma dessas funções pode ser obtida através dos modelos de duração.

O estudo proposto se concentrará no modelo não-paramétrico do estimador Kaplan-Meier, também chamado de estimador do Produto Limite, para estimar a duração média das ocorrências completa de desemprego – quanto tempo um indivíduo que está procurando um emprego pode esperar, em média, permanecer nesse estado até alcançar uma ocupação. A função sobrevivência será estimada diretamente pela razão entre o número de indivíduos ainda desempregados no final de cada período e aqueles que estavam procurando emprego no início. Assim, é possível agrupar a amostra ao longo das dimensões das variáveis de interesse e calcular as funções sobrevivência separadas para cada grupo de desempregados. Todos os cálculos estimados da duração do desemprego serão feitos através do software econométrico SPSS 11.0.

Em termos práticos, o método consiste em classificar em ordem crescente os tempos de sobrevivência das observações não-censuradas¹⁴ e calcular, para cada um desses tempos, o número de observações (n_i), o número de saídas em t_i (d_i) e a probabilidade condicional de sobrevivência, onde:

$$\hat{P}[T \geq t_i \mid T \geq t_{i-1}] = 1 - \frac{d_i}{n_i} \quad (3.6)$$

A probabilidade condicional de sobrevivência é simplesmente o produto cumulativo das probabilidades condicionais:

$$\hat{S}(t) = \hat{P}[T \geq t_i] = \prod_{j=1}^i \left(1 - \frac{d_j}{n_j} \right) \quad (3.7)$$

$\frac{d_j}{n_j}$ é a função risco.

A análise de sobrevivência também pode ser feita dividindo-se os dados em estratos de acordo com as covariáveis utilizadas. Neste estudo, serão utilizadas as seguintes variáveis: I (indicando a faixa etária), G (indicando o gênero), E (indicando a escolaridade) e O (indicando a ocupação futura).

¹⁴ Em virtude de considerar apenas os tempos de sobrevivência das observações não-censuradas, a estimativa de sobrevivência Kaplan-Meier é uma função que altera a cada tempo de sobrevivência distinto, mas não muda em períodos de censura.

3.3 Sobre a Base de Dados

A base de dados foi construída a partir das informações primárias contidas nos arquivos da Pesquisa Mensal de Emprego de 2000 e 2001. A agregação da base foi possível graças à identificação do subconjunto de domicílios pesquisados por quatro meses consecutivos e os indivíduos que o compõem, confrontando-se os códigos do domicílio, ano e mês da referência, número do controle, número de série, sexo e data de nascimento, formando-se, assim, doze grupos, conforme o Quadro 1, abaixo. A análise será restrita ao ano de 2000, todavia, para a formação dos grupos foi necessário coletar informações dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2001¹⁵. É importante citar que só serão considerados na amostra os indivíduos que responderam os quatro meses consecutivos da pesquisa.

QUADRO 1

Formação da amostra do banco de dados

GRUPOS	MÊS DA PESQUISA			
	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Março/2000	Abril/2000
1º	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Março/2000	Abril/2000
2º	Fevereiro/2000	Março/2000	Abril/2000	Maio/2000
3º	Março/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000
4º	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000
5º	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000
6º	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000
7º	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000
8º	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000
9º	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000
10º	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001
11º	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001
12º	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Março/2001

Fonte: Elaboração própria.

Para a formação do banco de dados foram selecionados apenas os indivíduos que, na sua primeira entrevista, encontravam-se situados na categoria dos *desocupados*, sendo, portanto, um *indivíduo em busca de um emprego*¹⁶. Através do acompanhamento nos três meses seguintes (segunda entrevista, terceira entrevista e quarta entrevista) é possível obter a informação de sucesso ou fracasso do indivíduo na busca pelo emprego e, com isso, inferir as alterações ocorridas no estoque de desempregados através da saída dos indivíduos para o estado de ocupado. Dessa forma, procurar-se-á evidenciar quais os fatores que contribuem positivamente (ou negativamente) para a obtenção do emprego e para o maior (ou menor) tempo em estado de desemprego.

¹⁵ Ao se analisar o desempenho da economia brasileira nos últimos anos percebe-se a alternância entre períodos de estagnação econômica (1998, 1999, 2001) com fases de crescimento econômico (1997, 2000), de forma que a análise de inserção ocupacional e da duração do desemprego para um determinado ano, possivelmente irá acarretar resultados diferenciados se for feita para outros anos. A escolha específica pelo ano de 2000 deve-se ao melhor desempenho econômico observado nos últimos anos para o qual se tem banco de dados (PME) compatível com a análise.

¹⁶ A Organização Internacional do Trabalho recomenda considerar desempregado aquele indivíduo que não trabalhou mais de 1 (uma) hora durante o período de referência, mas está disponível para trabalhar e na busca ativa de emprego. Para maiores detalhes ver Notas Metodológicas da Pesquisa Mensal de Emprego (1999) e Organização Internacional do Trabalho (2001).

A base de dados contendo as informações selecionadas foi subdivida em 3 (três) arquivos, 1 (um) para cada região metropolitana analisada (RMR e RMSA) e outro para o Brasil metropolitano (formado pelo conjunto das seis regiões metropolitanas brasileiras).

4. Análises de transição: Probabilidades de inserção ocupacional e duração do desemprego

Com base na amostra selecionada através dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é possível se fazer uma conceituação básica das características dos trabalhadores sob análise: indivíduos a procura do primeiro emprego e indivíduos a procura do reemprego.

A amostra dos desocupados foi selecionada com base na primeira entrevista do indivíduo à Pesquisa Mensal de Emprego. Todos aqueles que, nesta entrevista, responderam não possuir trabalho, apesar de estarem procurando emprego há pelo menos 30 (trinta) dias, estão inseridos neste segmento, representado por 1.131 (52,8% homens e 47,2% mulheres) indivíduos na RMR, 1.381 na RMSA (48,8% homens e 51,2% mulheres) e 8.519 no Brasil metropolitano (49,8% homens e 50,2% mulheres), conforme Tabela 4.1.

TABELA 4.1

RMR, RMSA e Brasil metropolitano

Total de indivíduos desocupados que compõe as categorias: a procura do reemprego ou a procura do primeiro emprego

2000

CATEGORIAS	RMR	RMSA	BRASIL
Desocupados	1.181	1.381	8.519
A procura do reemprego	847	1.044	6.584
A procura do primeiro emprego	334	337	1.935

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

A relação entre as categorias de indivíduos que procuram o reemprego e de indivíduos que procuram o primeiro emprego mostra que, aproximadamente, de cada 4 (quatro) pessoas que procuram emprego pelo menos 1 (um) nunca se situou na posição de ocupado; destacando, portanto, a significativa participação da classe indivíduos a procura do primeiro emprego no total de desempregados. A participação dos indivíduos que procuram o primeiro emprego em relação ao total de indivíduos desempregados ficou em 28,3% e 24,4% nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente, e 22,7% no Brasil metropolitano.¹⁷

A criação insuficiente de empregos em relação à oferta de trabalho disponível faz com que nem todas as pessoas que estão à procura de uma ocupação tenham sucesso no seu objetivo.

¹⁷ Flori (2003), utilizando as informações da PME de 1983 a 2002 para os indivíduos de 16 a 24 anos, mostra que nas Regiões de Recife e Salvador, entre 15,0 e 30,0% dos jovens que entraram no desemprego, no período estão à procura do primeiro emprego. O autor complementa afirmando que, dentre as regiões metropolitanas do País, é na RMR e na RMSA onde se encontra a maior participação relativa de indivíduos que procuram o primeiro emprego.

A Tabela 4.2 mostra o número de indivíduos desocupados (a procura do reemprego ou a procura do primeiro emprego) que conseguiu ocupação e, destes, os que ingressaram no segmento formal. Duas observações importantes podem ser mencionadas:

- Em relação à transição da situação de desempregado para a de ocupado, verifica-se que, em termos relativos, aproximadamente, 51,6% e 55,4% dos indivíduos a procura do reemprego conseguiram êxito no seu objetivo nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente (para o Brasil metropolitano este percentual foi de 53,5%); índice que se reduz para 34,1%, na RMR, e 32,6%, na RMSA, quando se observa a transição para a situação de ocupado dos indivíduos que procuram o primeiro emprego (33,6% para o Brasil metropolitano).
- Em relação à transição para a situação de ocupado no setor formal, também se verifica que o número relativo de trabalhadores que conseguiram uma ocupação formal tende a ser maior para a classe dos que procuram o reemprego (7,2% na RMR, 11,1% na RMSA e 11,8% no Brasil metropolitano) comparativamente ao dos que procuram o primeiro emprego (7,2% na RMR, 5,6% na RMSA e 7,2% no Brasil metropolitano).

TABELA 4.2

RMR, RMSA e Brasil metropolitano

Total de indivíduos a procura do reemprego ou a procura do primeiro emprego que compõe as categorias: desocupados, conseguiram emprego e conseguiram emprego no segmento formal 2000

CARACTERÍSTICAS	ÍNDIVÍDUOS A PROCURA DO REEMPREGO			ÍNDIVÍDUOS A PROCURA DO PRIMEIRO EMPREGO		
	RMR	RMSA	BRASIL	RMR	RMSA	BRASIL
Desocupados	847	1.044	6.584	334	337	1.935
Conseguiram emprego	437	578	3.523	114	110	651
Conseguiram emprego no segmento formal	61	116	774	24	19	139

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

4.1 Probabilidades de inserção ocupacional

Embora a decisão de participar do mercado de trabalho seja uma decisão individual de alocação do tempo disponível, para as teorias de procura por emprego, a possível inserção ocupacional é dependente dos atributos pessoais, das preferências dos indivíduos, do esforço da procura, da conjuntura econômica, dentre outros fatores. Em virtude da ausência de informações mais abrangentes sobre a força de trabalho na fonte de dados utilizada¹⁸, a análise das chances de admissão ocupacional (transição da situação de desocupado para a de ocupado) será restrita basicamente aos atributos pessoais – oferta de mão-de-obra.

Admitindo-se que a variável dependente da equação de participação no mercado de trabalho possa ser representada por uma variável *dummy*, com valor 0 (zero) se o indivíduo permanece na situação desempregado e valor 1 (um) se o indivíduo transita para a situação de ocupado, após os quatro meses de acompanhamento da Pesquisa, utilizou-se o modelo de

¹⁸ Por exemplo, na Pesquisa Mensal de Emprego a variável *rendimento* refere-se apenas ao rendimento do trabalho principal, portanto, aqueles que não possuem trabalho não possuem renda, impossibilitando assim sua inclusão na estimação.

resposta qualitativa *logit* para se estimar a inserção ocupacional nas áreas metropolitanas de Recife e Salvador. Conforme dito, o modelo foi representado por 13 (treze) variáveis indicadoras, afora o termo constante, tendo as seguintes *dummies* utilizadas como categorias de referência na interpretação dos resultados: mulher, de 16 a 20 anos, cônjuge, analfabeto e procurando a primeira ocupação.

A Tabela 4.3 (e a tabela seguinte, 4.4) contém informações sobre a variável analisada, o valor estimado de cada parâmetro, a razão entre o coeficiente estimado e seu erro padrão (Z-Stat), o valor-p e a razão de chance. As principais análises serão concentradas, basicamente, no valor-p (para verificar se os coeficientes são estatisticamente significativos) e na razão de chance (para verificar se existe uma melhora na probabilidade de inserção ocupacional – quando for superior a 1 -, ocorrendo o inverso caso a razão seja inferior a 1) estimada. Complementando, é importante reafirmar que a razão de chance estimada mostra a diferença na probabilidade do evento ocorrer em relação à categoria base.

TABELA 4.3

RMSA e RMR

Modelo logístico para a probabilidade de inserção ocupacional
2000

VARIÁVEL		VALOR ESTIMADO	Z-Stat	Valor-P	RAZÃO DE CHANCE
Gênero	Homem	0,823	8,823	0,001	127,722
Faixa etária	De 21 a 24 anos	0,492	3,647	0,001	63,550
	De 25 a 30 anos	0,503	3,499	0,001	65,422
	De 31 a 40 anos	0,662	4,459	0,001	93,868
	De 41 a 65 anos	0,360	1,996	0,046	43,403
Condição na família	Chefe	0,772	5,296	0,001	116,491
	Filho	0,240	1,607	0,108	27,152
	Outros	0,602	2,902	0,004	82,571
Escolaridade	Elementar	-0,150	-0,459	0,646	-13,957
	Primeiro Grau	-0,347	-1,226	0,220	-29,340
	Segundo Grau	-0,744	-2,620	0,009	-52,487
	Superior	-0,725	-2,215	0,027	-51,586
Ocupação	Reemprego	0,497	4,922	0,001	64,388

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Notas: 1. Os valores Probability(LR stat) foram significantes ao nível de 1%.

2. As seguintes variáveis foram usadas como referência: Mulher, de 16 a 20 anos, cônjuge, analfabeto, primeira ocupação.

3. A constante foi estimada em -1,157 com estatística z = -3,641 e valor p = 0,001.

A proporção de predições corretas foi de 65,9%, indicando um bom ajuste ao modelo. Analisando as razões de chance, observa-se que a probabilidade de inserção ocupacional é maior para um indivíduo, com idade entre 21 e 65 anos comparativamente a um com idade entre 16 e 20 anos (categoria base). Em termos percentuais, pode-se mensurar em 93,9%¹⁹ maior a probabilidade de um indivíduo situado na faixa de idade 31 a 40 conseguir uma ocupação em relação a um com idade entre 16 e 20 anos. Observa-se, também, que este valor cai para 43,4% no caso dos indivíduos situados na faixa entre 41 e 65 anos. Dessa forma, conclui-se que, em

¹⁹ 93,9% = (1,939-1)*100.

relação às variáveis explicativas estimadas dos grupos etários, a partir dos 21 anos até os 40 anos, à medida que a idade avança, aumentam as possibilidades de admissão ocupacional. Este resultado está em consonância com a doutrina econômica, segundo a qual a produtividade do trabalho começa baixa, eleva-se rapidamente com a idade e, então, vai diminuindo até cair abruptamente para as faixas etárias mais altas.²⁰

A análise da variável gênero comprova que homens e mulheres possuem chances distintas no referente à inclusão ocupacional. Observando-se o sinal positivo do valor estimado do parâmetro gênero, conclui-se que os indivíduos do gênero masculino detêm uma probabilidade de participação superior à do gênero feminino, corroborando o argumento da maior dificuldade das mulheres de alcançar uma ocupação, apesar de serem maioria entre os desempregados. Com base nas razões de chance, percebe-se que a chance de inserção ocupacional dos homens é maior em 127,7% comparativamente à das mulheres. Soares e Izaki (2002) e Lavinas (2001) mostram que o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido expressivo nos últimos anos, apesar de elas ainda participarem menos que os homens; o que permite conjecturar uma reversão do quadro num futuro próximo. Segundo os autores, a melhoria educacional das mulheres já tem permitido esta reversão, embora lenta, do contexto atual do mercado de trabalho.

No que respeita à condição na família, os coeficientes positivos dos parâmetros estimados mostram que a probabilidade de transição para a PEA ocupada é maior para as categorias chefe da família e outros, em relação à categoria cônjuge (variável referência). Possivelmente, este resultado está relacionado com a maior necessidade dos indivíduos destas categorias em obter uma ocupação; como, no caso da categoria chefe de família pela condição de provedor familiar que ocupa. Ressalva-se, porém, que a maior parcela dos chefes é formada pelo gênero masculino e, como dito, os homens possuem, comparativamente às mulheres, maiores chances de admissão ocupacional. Acredita-se, ainda, que os chefes de família consigam uma maior probabilidade de admissão ocupacional devido a sua maior experiência adquirida ao longo dos anos em que já tenham ocupado alguma atividade.

Os valores estimados para os parâmetros significativos das variáveis associadas à educação mostram que níveis de escolaridade mais elevados não proporcionam probabilidades maiores de alcançar uma ocupação. Menezes Filho e Picchetti (2000) argumentam que a probabilidade de transição do desemprego para o emprego, em cada instante de tempo, é uma função decrescente da quantidade de educação dos indivíduos. Possivelmente, esse resultado é reflexo do tipo de oportunidades de empregos geradas pelo mercado - a maioria no setor informal - e do comportamento dos ofertantes de mão-de-obra. Dois aspectos devem ser considerados para um melhor entendimento deste resultado:

- As probabilidades superiores de inserção associadas a níveis de escolaridade menos elevados refletem que a empregabilidade dos indivíduos de menor grau de instrução ocorre com maior frequência. Não significa dizer que os indivíduos mais escolarizados possuem menores chances de inserção ocupacional, mas sim, que os indivíduos com menor grau de instrução estão mais propensos a aceitarem as ocupações geradas, que, na sua maioria, são caracterizadas pela baixa remuneração, maior rotatividade e ausência dos direitos trabalhistas - fato que não ocorre na mesma frequência para a classe dos trabalhadores com maior grau de instrução escolar. Desta forma as probabilidades de transição são menores para os indivíduos menos escolarizados. Para Menezes e Picchetti

²⁰ Os parâmetros do modelo logístico são significativos quando o valor calculado da estatística exceder o valor crítico associado a um nível de significância pré-estabelecido - no caso em questão 0,05.

(2001), um nível de educação superior está fortemente associado a rendimentos esperados maiores, o que pode significar um maior salário de reserva em termos relativos para os trabalhadores mais educados, implicando em uma menor probabilidade de admissão ocupacional; corroborando o pressuposto das teorias da procura por emprego, segundo o qual é de se esperar que os indivíduos mais qualificados possuam um salário reserva mais elevado, justamente para recuperar todos os investimentos feitos em capital humano ao longo de sua vida.

- Apesar dos novos padrões produtivos e concorrenciais demandarem um trabalhador mais qualificado e, mesmo que, esta maior qualificação se torne uma referência importante no processo de contratação realizado pelas empresas, a avaliação da intensidade da correlação entre esta qualificação e empregabilidade não pode se ater apenas ao grau de instrução do indivíduo. Para Kerti, Watanabe e Brandão (1997) a inexistência de uma indicação clara entre maior nível de escolaridade e empregabilidade pode significar que outras características do indivíduo estão sendo utilizadas como critérios de seleção da mão-de-obra²¹. Isto significa que para determinados tipos de ocupação, os trabalhadores mais qualificados, em termos de nível de escolaridade, não são necessariamente os que melhor se adequam ao emprego. Nestes casos, os ofertantes de mão-de-obra não necessitam de um trabalhador extremamente qualificado visto que o mesmo não irá apresentar aptidão necessária, nem estímulo ao desenvolvimento do trabalho, dado que a remuneração recebida tenderá a ser inferior ao seu salário de reserva. Assim, um trabalhador menos qualificado e com maior estímulo poderia trazer maior benefício à empresa.²²

Sobre a questão da ocupação, o resultado indica que os indivíduos que estão procurando o reemprego têm uma maior facilidade de transição para a situação de ocupado em relação aos que buscam seu primeiro emprego. Analisando a razão de chance estimada do parâmetro ocupação, percebe-se que a probabilidade de obter o reemprego é maior em 64,4% a de alcançar o primeiro emprego, nas áreas metropolitanas estudadas. Esta informação valida o argumento do maior obstáculo em busca de uma ocupação enfrentada pelos indivíduos que procuram seu primeiro emprego, apesar de os mesmos possuírem um nível de escolaridade superior àqueles que procuram o reemprego. Conforme observado anteriormente, apenas 34,1%, na RMR, e 32,6%, na RMSA, conseguiram sua primeira atividade no mercado de trabalho, contra 51,6% e 55,4% dos que conseguiram o reemprego nas respectivas regiões. É bem provável que esta ocorrência esteja relacionada à falta de experiência profissional dos que procuram sua primeira inserção ocupacional. Por sinal, o atributo *experiência* parece ser a principal credencial dos indivíduos que procuram o reemprego na disputa pelas vagas no mercado de trabalho com a classe formada pelos que estão procurando sua primeira admissão. Menezes Filho e Picchetti (2000) encontraram o resultado similar em favor dos que já exerceram alguma atividade produtiva.

²¹ O estudo de Kerti, Watanabe e Brandão (1997) foi restrito apenas a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para os anos de 1989-1996, utilizando informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Os autores argumentam que não há indicações claras de que um nível de escolaridade elevado espelhe uma exigência das atividades do posto, porém, a inexistência deste atributo pode significar um aumento dos riscos de exclusão visto que o segmento mais afetado pela retração das oportunidades ocupacionais foi o dos indivíduos menos escolarizados. Para eles, a melhoria expressiva do perfil educacional não teve como contrapartida a ampliação das oportunidades de inserção das pessoas mais escolarizadas a empregos estáveis e protegidos, dada a intensidade do processo de precarização das relações de trabalho. Finalizam afirmando que, embora tenha aumentado o grau de instrução do contingente ocupado em todos os setores de atividade, não é possível associar de forma direta este resultado à esperada seletividade na contratação.

²² Menezes Filho e Picchetti (2000) observaram que a probabilidade de desemprego inicialmente cresce com os anos de estudos, atingindo seu máximo para indivíduos com cerca de nove anos de estudos e, depois, tende a decrescer. Para os autores, a razão desta evidência estaria relacionada a participação na força de trabalho também crescer inicialmente com os anos de estudos.

Segundo os autores, este resultado deve ser interpretado como uma valorização da experiência pelos empregadores na hora de contratar um trabalhador desempregado; argumento também reforçado por Pochmann (1998a) ao afirmar que, embora a qualificação educacional dos indivíduos que procuram o reemprego não acompanhe o processo de reestruturação produtiva, de avanço tecnológico, o fato de possuir experiência profissional, maior idade, além da própria responsabilidade pelo sustento familiar, acabam sendo variáveis determinantes na disputa pelo emprego com os que procuram o primeiro emprego.

Em outra análise feita, Tabela 4.4, procurou-se avaliar a probabilidade de inclusão do indivíduo recém-ocupado no setor formal da economia. Admitiu-se que a variável dependente do modelo logístico é uma *dummy* que assume valor 1 (um) quando o indivíduo sai da situação de desocupado para a situação de ocupado no setor formal, e, 0 (zero) para os que ingressaram no setor informal. A proporção de predições corretas foi de 89,3%, indicando um bom ajuste.

TABELA 4.4

RMR e RMSA

Modelo logístico para a probabilidade de inserção ocupacional no segmento formal
2000

VARIÁVEL		VALOR ESTIMADO	Z-Stat	Valor-P	RAZÃO DE CHANCE
Gênero	Homem	-0,032	-0,192	0,848	-3,181
Faixa etária	De 21 a 24 anos	0,044	0,170	0,865	4,449
	De 25 a 30 anos	0,146	0,553	0,580	15,718
	De 31 a 40 anos	-0,219	-0,810	0,418	-19,680
	De 41 a 65 anos	-0,288	-0,868	0,386	-25,041
Condição na família	Chefe	0,232	0,732	0,464	26,070
	Filho	0,043	0,135	0,892	4,381
	Outros	0,295	0,748	0,455	34,274
Escolaridade	Elementar	0,492	0,880	0,379	63,638
	Primeiro Grau	0,047	0,096	0,924	4,840
	Segundo Grau	1,074	2,212	0,027	192,720
	Superior	1,143	2,082	0,037	213,684
Ocupação	Reemprego	-0,006	-0,029	0,977	-0,578

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Notas: 1. Os valores Probability(LR stat) foram significantes ao nível de 1%.

2. As seguintes variáveis foram usadas como referência: Mulher, de 16 a 20 anos, cônjuge, analfabeto, primeira ocupação.

3. A constante foi estimada em -3,299 com estatística z = -9,584 e valor p = 0,001.

O expressivo número de variáveis não-significativas, devido à redução da amostra em virtude da adequação ao objetivo proposto, não permite verificar como a maioria das variáveis consideradas influencia na probabilidade do indivíduo se empregar no setor formal da economia. No entanto, sobre a questão da escolaridade, o resultado estimado indica uma tendência favorável à esperada: os indivíduos mais escolarizados (2º e 3º graus) apresentam maior probabilidade de ingresso ocupação no setor formal da economia. Assim, reforça-se o indício de que os indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a ter uma experiência no mercado de trabalho menos sujeita à rotatividade, reforçando o argumento da teoria do filtro para o qual o sistema escolar serve, quase que exclusivamente, para auxiliar na inserção e no posicionamento do indivíduo no mercado de trabalho de forma vantajosa. Santos (2001), utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, para a Região Metropolitana de Salvador, observou que as oportunidades de acesso a um emprego regulado estão acompanhadas de uma valorização do

grau de instrução do indivíduo. Para o autor, os valores relativos ao crescimento das probabilidades de acesso ao segmento formal, em função do acréscimo de educação, elevaram-se sobremodo. Como exemplo, cita que a conclusão do 3º grau acresce as chances de inserção no mercado formal em 80,2% - quase o dobro do acréscimo obtido pela conclusão do 1º grau - fato oposto ao ocorrido no mercado informal, onde se registrou uma relação inversamente proporcional, de modo que o aumento de anos de estudo resultou em redução da probabilidade de inserção neste setor.

4.2 Duração do desemprego

Em estudos sobre a temática do desemprego, um aspecto tão importante quanto o da análise de inserção - e menos estudado - é a análise da duração do desemprego, ou seja, o período de tempo que o indivíduo permanece procurando emprego até encontrá-lo²³. Similarmente ao estudo da inserção, a duração estimada do desemprego tem como variáveis determinantes as características observáveis de cada indivíduo, de forma que a duração estimada no estado de desemprego será diferenciada para cada indivíduo. Todavia, é importante destacar que os índices de desemprego nem sempre estão associados diretamente às probabilidades de inserção ocupacional. Uma determinada categoria de indivíduos pode apresentar uma alta taxa de desemprego e, ao mesmo tempo, apresentar probabilidades maiores de admissão ocupacional; isto ocorre em virtude do chamado desemprego de curta duração e da grande rotatividade do emprego para esta categoria de indivíduos.

Inicialmente, utilizando-se o método não-paramétrico de Kaplan-Meier, estimou-se a função sobrevivência para os tempos de 12 e 24 meses. A Tabela 4.5 contém as informações relativas ao número de indivíduos que permanecem em estado de desemprego (e aqueles que saíram), por área metropolitana. A primeira e a segunda coluna referem-se às áreas estudadas e aos tempos de sobrevivência considerados. A terceira coluna exibe o número total de indivíduos expostos ao risco, ou seja, o número de desempregados que registram um período de sobrevivência no desemprego maior do que 12 e 24 meses, respectivamente. Por exemplo, na Região Metropolitana do Recife, cerca de 238 desempregados registram um período de sobrevivência maior ou igual a 12 meses, tendo este número reduzido para 27 quando o período torna-se igual ou maior a 24 meses. Na coluna seguinte tem-se o total de indivíduos que saem do estado de desemprego para o estado de ocupado. A quarta e a quinta coluna dizem respeito às funções risco (exprime a possibilidade do trabalhador sair do estado de desemprego para o de ocupado) e sobrevivência (mostra a probabilidade do trabalhador continuar desempregado), após 12 e 24 meses, respectivamente.

²³ No Brasil, a duração média do desemprego estimada pelo IBGE refere-se à duração interrompida das ocorrências de desemprego - a qual pode se dar via saída da força de trabalho ou obtenção do emprego. A informação coletada, portanto, diz respeito à duração do desemprego em curso, já que, no momento em que é registrada, a ocorrência do desemprego ainda não chegou necessariamente ao seu fim. Além disso, ao analisar a questão da duração do desemprego, o IBGE considera que os grupos formados pelos indivíduos a procura do reemprego e os que procuram a primeira ocupação são homogêneos, o que significa que a probabilidade de saída do estado de desemprego é a mesma para todos os indivíduos que os compõem. Essa é uma hipótese forte visto que na subseção anterior se observou que os indivíduos possuem características distintas que afetam as suas probabilidade de inserção ocupacional.

TABELA 4.5

RMR, RMSA e Brasil metropolitano

Método não-paramétrico de Kaplan-Meier para a probabilidade de sobrevivência no desemprego e de saída do desemprego dos indivíduos a procura do reemprego e a procura do primeiro emprego

2000

ÁREA	TEMPO (meses)	DESEMPREGO		FUNÇÃO	
		TOTAL	SAÍDAS	RISCO	SOBREVIVÊNCIA
A procura do reemprego					
RMR	12	238	123	0,499	0,501
	24	27	14	0,650	0,350
RMSA	12	241	108	0,562	0,439
	24	28	12	0,727	0,273
BRASIL	12	1289	583	0,456	0,544
	24	251	146	0,590	0,410
A procura do primeiro emprego					
RMR	12	49	27	0,451	0,549
	24	6	2	0,800	0,200
RMSA	12	56	35	0,364	0,636
	24	7	4	0,600	0,400
BRASIL	12	253	156	0,297	0,703
	24	45	28	0,548	0,452

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

No contexto metropolitano, pelos números expostos na Tabela 4.5, percebe-se que a probabilidade de sobrevivência é menor nas RMSA (43,9%; 27,3%) e RMR (50,1%; 35,0%) para um período de 12 meses e 24 meses de desemprego quando comparada às médias observadas do Brasil metropolitano (54,4% e 41,0%, respectivamente). Possivelmente, a maior presença relativa das atividades informais (localizadas, em sua maioria, no setor terciário) nas regiões menos desenvolvidas (RMSA e RMR) acaba contribuindo para a fuga do desemprego e a diminuição do tempo de permanência no desemprego nestas regiões, fazendo com que o período de sobrevivência do desemprego seja menor nestas regiões em relação ao observado no Brasil metropolitano²⁴. Quando se avalia as probabilidades de sobrevivência das categorias indivíduos a procura do reemprego e indivíduos a procura do primeiro emprego vê-se que a perspectiva do indivíduo em desemprego de inserção continuar desempregado após 12 e 24 meses é maior comparativamente àquele que procura o reemprego – salvo para a RMR após 24 meses – ratificando que o desemprego de longa duração tende a ser maior no grupo formado pelos indivíduos que procuram o primeiro emprego.

Após as análises das funções sobrevivência, o estudo se deteve à estimação da duração do desemprego. Estimou-se a duração do desemprego, em meses, através do método não-paramétrico de Kaplan-Meier, para o período completo de desemprego dos indivíduos a procura

²⁴ Com o objetivo de fazer a comparação das curvas de sobrevivência entre as regiões metropolitanas, foi aplicado o teste de Log-Rank, realizado através do cálculo da estatística a seguir, que tem uma distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade [Colosimo (2001)]. Os resultados mostram que a hipótese de igualdade das funções sobrevivência é rejeitada ao nível de 5,0% de significância quando se compara a curva de sobrevivência da RMR com a da RMSA. Significa afirmar que as funções sobrevivência das regiões metropolitanas citadas não apresentam igualdade entre si, nas duas funções de sobrevivência analisadas: reemprego e primeiro emprego.

do reemprego e dos indivíduos a procura do primeiro emprego, nas regiões metropolitanas estudadas, segundo características dos indivíduos. Os resultados encontram-se na Tabela 4.6.

As informações descritas na subseção anterior mostraram que as mulheres, em geral, têm maior dificuldade de obter o emprego comparativamente aos indivíduos do gênero masculino, de mesmas características. A Tabela 4.6 ratifica estas informações, comprovando que a duração média do desemprego é superior para as mulheres, independentemente de estar à procura do primeiro emprego ou do reemprego e da área metropolitana estudada. Em nível de Brasil metropolitano e na RMR, é importante observar que a duração média, em meses, na busca pelo emprego é praticamente o dobro para as mulheres que procuram o primeiro emprego em relação aos homens.

Em relação à faixa etária do indivíduo que procura o emprego e do indivíduo que procura o primeiro emprego, nas regiões estudadas, não se observou maiores diferenças entre os níveis de idade, dado que os valores apresentados foram bastante próximos, salvo na procura pelo reemprego que o tempo de permanência no desemprego tende a diminuir com o avanço da idade do indivíduo. Em virtude da amostra reduzida não pode ser calculada a duração média dos indivíduos entre 41 e 65 anos das RMR e RMSA.²⁵

Foi feita também à estimação da duração completa do desemprego por nível de escolaridade. O resultado indica que quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo que procura o emprego, maior tende a ser o seu tempo de permanência no estado de desemprego. Kerti, Watanabe e Brandão (1997) verificaram que para indivíduos com onze anos ou mais de escolaridade, o tempo de permanência em desemprego tende a ser maior, no entanto, menores serão os níveis de rotatividade ao alcançar o emprego para este mesmo grupo de indivíduos. Este resultado está de acordo com as discussões feitas anteriormente e pode ser explicado à luz das teorias da procura por emprego que ajudam a elucidar o comportamento dos indivíduos neste tipo de situação. Segundo estas teorias, um nível de educação superior está associado a rendimentos esperados maiores, o que pode significar um maior salário de reserva em termos relativos para os indivíduos mais educados, implicando, assim, em um tempo de procura por emprego maior.²⁶

²⁵ Malbouisson e Menezes (2004) não observaram analogias entre a duração média do desemprego e a faixa etária dos indivíduos, dado que, para alguns períodos de análise (1997, 1998 e 2002), os indivíduos com faixa etária até 24 anos apresentaram intervalos maiores de desemprego em relação aos indivíduos com idade superior a 25 anos e, em outros períodos, a situação se inverteu.

²⁶ Malbouisson e Menezes (2004) mostram que probabilidade de saída do desemprego para o estado de emprego é uma função decrescente da quantidade de educação dos indivíduos. Os autores observaram que os desempregados com nível de escolaridade médio completo ou mais apresentam duração média superior às das demais categorias. A média no período para esse grupo foi 10,1 meses, enquanto para os que possuem até o nível médio incompleto foi de 9 meses, e 8,1 meses para os analfabetos. Dessa forma, concluíram que o aumento na qualificação dos trabalhadores não é fator fundamental para a saída mais rápida do desemprego.

TABELA 4.6

RMR, RMSA e Brasil metropolitano

Duração do desemprego, em meses, através do método não-paramétrico de Kaplan-Meier para o período completo de desemprego dos indivíduos a procura do reemprego e dos indivíduos a procura do primeiro emprego, segundo características: gênero, faixa etária, escolaridade.

2000

CARACTERÍSTICAS		DURAÇÃO DO DESEMPREGO		
		RMR	RMSA	BRASIL
<i>À procura do reemprego</i>				
Gênero	Homem	13,67	11,65	13,81
	Mulher	28,05	18,92	29,50
Faixa etária	De 16 a 20 anos	14,15	13,64	17,61
	De 21 a 34 anos	18,00	14,56	18,51
	De 25 a 30 anos	22,94	13,16	17,20
	De 31 a 40 anos	16,90	14,84	19,10
	De 41 a 65 anos	15,57	13,46	20,91
Escolaridade	Analfabeto	9,73	10,39	13,11
	Elementar	8,18	10,99	14,13
	Primeiro Grau	14,20	12,26	15,67
	Segundo Grau	23,88	17,70	20,32
	Superior	22,85	13,30	28,89
<i>Duração Média</i>		19,54	14,59	19,82
<i>À procura do primeiro emprego</i>				
Gênero	Homem	18,27	14,54	20,80
	Mulher	19,10	20,04	30,34
Faixa etária	De 16 a 20 anos	19,62	17,20	26,16
	De 21 a 34 anos	16,65	19,77	25,81
	De 25 a 30 anos	20,84	11,98	17,67
	De 31 a 40 anos	14,50	13,10	16,55
	De 41 a 65 anos	-	-	14,29
Escolaridade	Analfabeto	-	8,00	8,67
	Elementar	-	-	-
	Primeiro Grau	16,57	16,17	24,13
	Segundo Grau	20,56	18,66	24,77
	Superior	10,75	12,57	18,67
<i>Duração Média</i>		18,81	17,54	25,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Nota: Alguns valores não puderam ser calculados em virtude da amostra reduzida causada pelo número de indivíduos que souberam informar o tempo que está a procura do emprego e que conseguiram emprego.

Em nível regional, observou-se que a duração média do desemprego foi superior na RMR comparativamente à RMSA e que, ambas, apresentaram valores inferiores ao observado no Brasil metropolitano. Segundo Penido e Machado (2002), o fato da duração estimada do desemprego ser inferior nas áreas metropolitanas da RMR e RMSA comparativamente à do Brasil metropolitano deve-se a maior informalidade presente na região nordestina, onde os trabalhadores do setor informal não têm acesso ao seguro desemprego e tendem a possuir um rendimento mais baixo, o que os leva à necessidade de aceitar as vagas disponíveis. As autoras salientam ainda que este resultado pode estar relacionado, também, ao conceito de ocupados na Pesquisa Mensal de Emprego que considera como ocupados àqueles indivíduos que realizaram

qualquer atividade, inclusive os chamados “bicos”, na semana de referência da pesquisa e esse tipo de trabalho tende a ser proporcionalmente maior nas regiões do Nordeste do País.

Por fim, também se verificou que a duração média para o período completo de desemprego de inserção estimada é bastante superior à observada para os indivíduos que procuram o reemprego (25,60 meses contra 19,82 meses, em nível de Brasil metropolitano). Este fato, já esperado, reflete as maiores possibilidades de exclusão dos novos entrantes na força de trabalho no acesso ao emprego nas áreas metropolitanas estudadas. Para Menezes Filho e Picchetti (2000) essa vantagem em termos de uma menor duração esperada de tempo de procura do reemprego pode ser interpretada como uma valorização da experiência pelos empregadores na hora de contratar um trabalhador desempregado.²⁷

5. Considerações Finais

Durante os últimos vinte anos a questão do desemprego tem se tornado o principal problema da economia brasileira devido, principalmente, ao baixo dinamismo econômico, o elevado crescimento da PEA e a inclusão de novos entrantes na força de trabalho. Num contexto econômico onde a criação de postos de trabalho é insuficiente para atender a oferta de mão-de-obra, a disputa pela inserção ocupacional torna-se cada vez mais acirrada e competitiva. A intensificação do processo de busca pelo emprego por parte do indivíduo e seus atributos pessoais passaram a assumir dimensão maior, influenciado diretamente na sua permanência no estado de desemprego e na sua inserção ocupacional, principalmente num mercado onde as informações são imperfeitas; implicando em probabilidades heterogêneas de inserção ocupacional e de alcançar melhores empregos.

Este trabalho procurou, através de um estudo empírico para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador e para o Brasil metropolitano, especificar de que forma determinadas variáveis interferem na inserção ocupacional e na permanência no estado de desemprego dos indivíduos que procuram o reemprego e dos que procuram o primeiro emprego. Nesse sentido, revela a existência de oportunidades diferenciadas de inserção ocupacional e de permanência no estado de desemprego, quase sempre em favor dos que procuram o reemprego e dos homens. Entre os diversos resultados encontrados e analisados ao longo do texto, pode-se destacar que:

- Em relação a variável gênero, as chances de inserção ocupacional são maiores para os homens comparativamente às mulheres e que as mulheres apresentaram um desemprego de maior duração em relação aos homens (29,50 meses contra 13,81 meses para os que procuram o reemprego e 30,34 meses contra 20,80 meses para os que procuram o primeiro emprego);
- Níveis de escolaridade mais elevados proporcionam uma permanência maior no estado de desemprego e menores probabilidades de alcançar uma ocupação, apesar de ser fator fundamental no acesso a empregos qualitativamente melhores (setor formal da economia);

²⁷ Flori (2003) faz uma comparação entre a duração de desemprego dos indivíduos que procuram o primeiro emprego e aqueles que já tiveram emprego; restrita a faixa etária dos 16 a 24 anos. A autora enfatiza que a dificuldade do indivíduo que está procurando o primeiro emprego deve-se a alta rotatividade no mercado de trabalho existente entre os trabalhadores jovens, ou seja, a baixa duração no emprego da população de faixa etária mais baixa acaba repercutindo negativamente para uma maior duração no desemprego de inserção.

- Indivíduos que já tiveram ocupação anterior têm suas chances aumentadas em relação àqueles que procuram do primeiro emprego e apresentam menores períodos de estado de desemprego (em média, 25,60 meses contra 19,82 meses no Brasil metropolitano).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de e LIMA, Roberto Alves de. Políticas Públicas e Redução da Pobreza. In: Dieter W. Benecke e Renata Nascimento (Orgs.). **Política Social Preventiva: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung. Pág 85-109. 2003.

ARROW, Kenneth. Higher Education as a Filter. **Journal of Public Economics**. Vol. 2, nº 3. Julho. 1973.

BIVAR, Wasmália Socorro Barata. Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração. **BNDES**. Rio de Janeiro. 1993.

BRAGA, Thaiz. A Ocupação Informal na Região Metropolitana de Salvador: Uma análise para as décadas de oitenta e noventa. **Anais do IIIº Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Minas Gerais. 2002.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. A expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos**. Vol. 19. 1989.

CAMARGO, José Márcio e REIS, Maurício Cortez. Assimetria de Informação e Desemprego. **Encontro Nacional de Economia - ANPEC**. Bahia. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/textos.htm>>. Acesso em 05 de março de 2003. 2003.

COLOSIMO, Enrico Antônio. **Análise de sobrevivência aplicada**. Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e Simpósio de Estatística Aplicada à experimentação. Piracicaba, São Paulo. 2001.

ERIKSSON, Tor, LILJA, Reija, e TORP, Hege. Determinants of Job Search Intensity – some evidence from the nordic countries. **Institute for Social Research**. Oslo. 2002. Disponível em <<http://www.labour.fi/tutkimusjulk/tyopaperit/sell185.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2004

FLORI, Priscila Matias. Desemprego de Jovens no Brasil. **Encontro Nacional de Economia - ANPEC**. 2003. Bahia. Disponível em: <<http://econpapers.hhs.se/paper/anpen2003/f09.htm>> Acesso em: 15 junho de 2003.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Editora Makron Books. São Paulo, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdades e Pobreza no Brasil no Período 1979-99**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro. 2000, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego: Notas Metodológicas**. Rio de Janeiro. 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2000**. Informação Demográfica e Econômica. Rio de Janeiro. 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados**. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2005.

KERTI, Beatriz Maria, WATANABE Margareth Izumi, BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. Escolaridade e Inserção Ocupacional. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET**. 1997.

LAVINAS, Lena. Empregabilidade no Brasil: Inflexões de gênero e diferenciais femininos. **Texto para discussão nº 826**. IPEA. Brasília. 2001.

MALBOUISSON, Cláudia e MENEZES, Wilson F. Duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: Mensuração e Análise. **Encontro Nacional de Economia - ANPEC**. João Pessoa - PB. 2004. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/textos.htm>>. Acesso em 27 de dezembro de 2004.

McNABB, Robert e RYAN, Paul. Segmented Labour Markets. In David Sapsford e Tzannatos (ed.), **Current Issues in Labour Economics**. Vol 3. 1989

MENEZES FILHO, Naércio Aquino e PICHETTI, Paulo. Determinantes da duração do desemprego em São Paulo. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC**. 2000.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2ª ed.. Brasília. 2001.

PENCABEL, J. Labor Supply of Men: A Survey. In: Ashelfelter, Orley e Layard, Richard. (ed.) **Handbook of Labor Economics**. Vol 1. Amsterdam, Holland. 1986.

PENIDO, Mariângela. Duração do Desemprego no Brasil Metropolitano. **Dissertação de Mestrado, UFMG**. Minas Gerais. 2001.

PENIDO, Mariângela e MACHADO, Ana Flávia. Desemprego: Evidências da duração no Brasil Metropolitano. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Ouro Preto, Minas Gerais. 2002.

POCHMANN, Márcio. A inserção ocupacional e o emprego dos jovens. **Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET**. Vol. 6. São Paulo. 1998a.

POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego dos jovens no Brasil nos anos 90. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. São Paulo. 1998b.